

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. REQUISITANTE

Responsável pela demanda: ERNANDES RODRIGUES DA SILVA
E-mail: dmti@mpto.mp.br
Cargo / Função: Chefe do DMTI
Fone: 63 3216-7630

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente aquisição visa atender as demandas de reposição e continuidade de uso de Certificados Digitais (e-CPF / e-CNPJ) tendo em vista o iminente vencimento dos atuais arquivos eletrônicos, sem os quais inviabiliza o desempenho regular das atividades dos membros e demais servidores.

Para atender as necessidades deste Órgão com a utilização dos sistemas de processo eletrônico PJE, SEEU, sistemas do TCE-TO como SICAP-LO, SICAP-AP e outros, sistemas do Governo Federal como e-CAC e DCTF entre outros, bem como os sistemas internos desenvolvidos, que necessitam de validação jurídica que necessitam de utilização dos certificados.

O Certificado Digital é um documento eletrônico que identifica pessoas, computadores e empresas no mundo digital, funcionando, basicamente, como uma carteira de identidade, capaz de provar, virtualmente, a identidade e permitir o acesso a serviços online com a garantia de autenticidade, integridade e não repúdio. A autenticidade garante que o autor do documento é a pessoa identificada no certificado utilizado na assinatura. A integridade garante que o documento não foi alterado após o envio. O não repúdio impede que o autor do documento conteste a sua validade negando sua autoria.

3. VINCULAÇÃO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Alinhamento com o Plano Estratégico do MPTO 2020-2029:

- Melhorar os resultados da área meio e da atuação finalística promovendo infraestrutura adequada.
- Assegurar informação, inovação e tecnologias adequadas.

4. INDICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E ESTIMATIVA DE CUSTOS

4.1 Orçamento

Unidade Gestora: 070100 – Procuradoria-Geral de Justiça.

Ação: 03.126.1170.1037 – Estruturação de Tecnologia da Informação para as Unidades do MPTO.

Natureza da Despesa: 3.3.90.40 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica.

Fonte: 0500 – Recursos Ordinários.

4.2 Estimativa de Custos

R\$ 98.855,00 (noventa e oito mil oitocentos e cinquenta e cinco reais).

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Contratação de empresa especializada para realização de serviços de emissão de certificados digitais WILDCARD, e-CPF e e-CNPJ do tipo A3, providos no âmbito da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil) com a finalidade de atender as necessidades do Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme especificações do Anexo I deste Estudo Técnico Preliminar.

5.1 Aplicação ou não de parcelamentos na contratação

Por questões técnicas e legais, o objeto está composto por itens agrupados em um lote único, haja vista que os serviços de emissão de e-CPF e e-CNPJ somente podem ser validados pela mesma empresa contratada. A responsabilidade da execução dos itens, deverá ser de uma única Autoridade de Registro (AR) vinculada à Autoridade Certificadora (AC) vencedora do certame, conforme entendimento do ITI que define as atribuições das Autoridades Certificadoras (AC) e das Autoridades de Registro (AR).

5.2 Capacitação

Durante a realização do Estudo Técnico não foi identificada a necessidade em se realizar capacitação dos servidores para uso ou operação da solução, uma vez que o uso de certificados digitais já ocorre regularmente e que os processos de validação, emissão e revogação ficarão a cargo da contratada.

5.3 Providências prévias ao contrato

Após a realização desse Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência será elaborado e caso aprovado pela Administração será realizada Licitação via Pregão Eletrônico, para Registro de Preço. A licitação estando homologada e as atas assinadas, poderá ser feita a contratação para aquisição dos itens licitados.

5.4 Contratações correlatas

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a contratação pretendida.

5.6 Impactos ambientais

A presente aquisição não possui impactos ambientais relevantes, não sendo necessárias exigências adicionais ou específicas nessa área. Contudo, deverão ser observados, sempre que aplicável, requisitos ambientais, tais como:

- a) a adoção pela(s) empresa(s) contratada(s) de práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, conforme previsto em lei;
- b) o compromisso com o meio ambiente e o respeito à legislação ambiental pelos fabricantes dos itens objetos da aquisição;

6. OBJETIVOS E RESULTADOS ESPERADOS COM A CONTRATAÇÃO

A demanda apresentada consiste em adquirir certificados digitais, emitidos por empresa certificadora, dado que há no Ministério Público do Estado do Tocantins uma demanda anual da solução de certificação digital e cuja interrupção comprometeria a prestação da atividade da instituição. O serviço é composto de diferentes objetos, enumerados conforme "Anexo I" deste estudo.

7. SOLUÇÕES/SERVIÇOS EXISTENTES NO MERCADO

7.1 Contratações similares em outros órgãos

Órgão	Edital / Pregão / Contrato	Objeto
-------	----------------------------	--------

Órgão	Edital / Pregão / Contrato	Objeto
Prefeitura de Jaguariúna - SP	Pregão Eletrônico 039/2022	Registro De Preços De Certificados Digitais Tipo E-CPF A3 Para Pessoa Física Por Token (Em Pen Drive) Com Validade De 36 Meses. – S.R.P.
Prefeitura de Joinville - SC	Pregão Eletrônico 207/2022	Registro de Preços, visando o futuro e eventual serviço de certificação digital para aquisição e renovação de Certificados Digitais: e-CPF e e-CNPJ, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos Anexos I e VI e nas condições previstas neste Edital.
Tribunal de Justiça do Ceará - CE	Pregão Eletrônico 20/2021	Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para o fornecimento de emissão e validação de certificados digitais, sendo 1000 (mil) certificados do tipo e-CPF A1, 3500 (três mil e quinhentos) certificados do tipo e-CPF A3, 8 (oito) certificados do tipo e-CNPJ A1, 8 (oito) certificados do tipo e-CNPJ A3, 3000 (três mil) tokens para armazenamento dos certificados e 70 (setenta) visitas para emissão e validação dos certificados na comarca de Fortaleza, a fim de atender ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - SC	Pregão Eletrônico 004/2022	Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de emissão de certificados digitais e fornecimento de tokens Criptográficos.

7.2 Descrição da solução

Após o levantamento de mercado, verificou-se que nenhuma das soluções encontradas no mercado atende a necessidade do MPTO, uma vez que nem todos os itens são atendidos na sua integralidade, sendo necessário a realização de um procedimento licitatório.

8. DURAÇÃO ESTIMADA DA CONTRATAÇÃO

Com estimativa de 1 (um) ano após a assinatura da ata de registro de preços.

9. ANÁLISE DE RISCOS

Risco 1	Risco:	Empresa contratada falha com a execução, implicando inexecução parcial ou total.		
	Probabilidade:	Id	Dano	Impacto
	Baixa	1	Parada nas emissões de certificados digitais.	Alto
	Id	Ações de mitigação e contingência		Responsável
	1	Substituição emergencial do contrato		DG
	2	Composição de sanções contratuais adequadas		DG

Risco 2	Risco:	Certificado emitido em cadeia inválida.		
	Probabilidade:	Id	Dano	Impacto
	Média	1	Empresa emite certificados digitais em cadeia inválida ou em não conformidade com o ITI e ICP Brasil.	Alto
	Id	Ações de mitigação e contingência		Responsável
	1	Verificar e testar os certificados antes de realizar qualquer pagamento.		Fiscais demandantes e titular do certificado

10. CONCLUSÃO SOBRE A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Os estudos preliminares apontaram que a realização de procedimento para contratação do serviço em tela mostra-se, técnica e fundamentadamente, necessária.

ANEXO I

1. DAS QUANTIDADES, REQUISITOS E DETALHAMENTO

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
-------	------	---------------	------	---------	----------------	-------------

1	1	CERTIFICADO DIGITAL TIPO A3 – e-CPF COM FORNECIMENTO DO TOKEN	250	UN	R\$ 350,00	R\$ 87.500,00
1	2	CERTIFICADO DIGITAL TIPO A3 – e-CNPJ COM FORNECIMENTO DO TOKEN	5	UN	R\$ 530,00	R\$ 2.650,00
1	3	CERTIFICADO DIGITAL TIPO A1 – e-CNPJ (Arquivo digital)	3	UN	R\$ 235,00	R\$ 705,00
1	4	CERTIFICADO DIGITAL TIPO SSL WILDCARD	2	UN	R\$ 2.000,00	R\$ 4.000,00
2	5	CERTIFICADO DIGITAL e-EQUIPAMENTO A1	2	UN	R\$ 2.000,00	R\$ 4.000,00
VALOR TOTAL						R\$ 98.855,00

1.1. – ITEM 1 – CERTIFICADO DIGITAL TIPO A3 – e-CPF COM FORNECIMENTO DO TOKEN

ESPECIFICAÇÃO DO CERTIFICADO DIGITAL

- 1.2.1. Certificado digital do tipo A3 para pessoa física, padrão ICP-Brasil, com prazo de validade de 3 (três) anos;
- 1.2.2. Deve permitir a utilização para assinatura de documentos eletrônicos, e-mails, acesso a aplicações, logon de rede, entre outras destinações;
- 1.2.3. Certificado aderente padrão do Comitê Gestor da ICP Brasil;
- 1.2.4. Ser instalado em Tokens Criptográficos constantes da lista de equipamentos certificados pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI;
- DETALHES TÉCNICOS DO DISPOSITIVO CRIPTOGRÁFICO (TOKEN USB)**
- 1.2.5. Devido a maior compatibilidade com Sistema operacional Ubuntu 20.04 (Linux), presente em 92% do parque computacional do Ministério Público do Estado do Tocantins, sugerimos o fornecimento do modelo de token similar ao **Safenet 5110**.
- 1.2.6. Homologado pelo INMETRO como Equipamentos de certificação digital padrão ICP-Brasil – Portaria INMETRO N° 8/2013;
- 1.2.7. Ser compatível com certificados digitais ICP-Brasil;
- 1.2.8. Possuir memória mínima de 32 kbytes;
- 1.2.9. Permitir que o último certificado digital instalado seja colocado como default (padrão) do token;
- 1.2.10. Permitir o armazenamento de no mínimo 03 (três) certificados digitais e seus pares de chaves (tamanho 2048 bits RSA);
- 1.2.11. Possuir numeração única para cada dispositivo;
- 1.2.12. Possuir capacidade de armazenar simultaneamente certificados do tipo A3 (segundo a classificação da ICP-Brasil);
- 1.2.13. Possuir certificação para o nível 02 de segurança do padrão FIPS 140-2 o número de tentativas consecutivas de acerto do PIN (código de acesso de usuário) deverá ser de no máximo 10;
- 1.2.14. O número de tentativas consecutivas de acerto do PUK (código de acesso de administrador), se houver, deverá ser de no máximo 03;
- 1.2.15. Utilitário de inicialização do token, possibilitando o reaproveitamento do hardware em caso de perda do PIN, caso não utilize PUK;
- 1.2.16. Conseguir gerar chaves RSA com tamanho 2.048 bits on board ter capacidade de armazenamento de certificados X.509v3;
- 1.2.17. Possuir compatibilidade com as especificações ISO 7816-1/2/3/4;
- 1.2.18. Possuir CSP para Windows; ser compatível com o padrão PC/SC; ser compatível com o padrão PKCS#11 & MSCAPI (Microsoft Crypto API);
- 1.2.19. Ser compatível com o padrão PC/SC para o Linux.
- 1.2.20. Manter compatibilidade com os kernels 2.4 ou superiores e estáveis.
- 1.2.21. O produto deverá ser entregue com solução de gerenciamento das funções básicas do token, para Windows XP ou superiores, Linux (kernels 2.4 ou superiores e estáveis);
- 1.2.22. Utilitário, em português, de inicialização do token, de gestão PIN, PUK (se for o caso), importação e exportação de certificado;
- 1.2.23. A instalação do driver do dispositivo não poderá inibir ou desativar outros tokens, ou leitores de smartcard.

1.2. – ITEM 2 – CERTIFICADO DIGITAL TIPO A3 – e-CNPJ COM FORNECIMENTO DO TOKEN

ESPECIFICAÇÃO DO CERTIFICADO DIGITAL

- 1.2.24. Certificado digital do tipo A3 para pessoa jurídica, padrão ICP-Brasil, com prazo de validade de 3 (três) anos;
- 1.2.25. Deve permitir a utilização para assinatura de documentos eletrônicos, e-mails, acesso a aplicações, logon de rede, entre outras destinações;
- 1.2.26. Certificado aderente padrão do Comitê Gestor da ICP Brasil;
- 1.2.27. Ser instalado em Tokens Criptográficos constantes da lista de equipamentos certificados pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI;
- DETALHES TÉCNICOS DO DISPOSITIVO CRIPTOGRÁFICO (TOKEN USB)**
- 1.2.28. Devido a maior compatibilidade com Sistema operacional Ubuntu 20.04 (Linux), presente em 92% do parque computacional do Ministério Público do Estado do Tocantins, sugerimos o fornecimento do modelo de token similar ao **Safenet 5110**.
- 1.2.29. Homologado pelo INMETRO como Equipamentos de certificação digital padrão ICP-Brasil – Portaria INMETRO N° 8/2013;
- 1.2.30. Ser compatível com certificados digitais ICP-Brasil;
- 1.2.31. Possuir memória mínima de 32 kbytes;
- 1.2.32. Permitir que o último certificado digital instalado seja colocado como default (padrão) do token;
- 1.2.33. Permitir o armazenamento de no mínimo 03 (três) certificados digitais e seus pares de chaves (tamanho 2048 bits RSA);
- 1.2.34. Possuir numeração única para cada dispositivo;
- 1.2.35. Possuir capacidade de armazenar simultaneamente certificados do tipo A3 (conforme a classificação da ICP-Brasil);
- 1.2.36. Possuir certificação para o nível 02 de segurança do padrão FIPS 140-2 o número de tentativas consecutivas de acerto do PIN (código de acesso de usuário) deverá ser de no máximo 10;
- 1.2.37. O número de tentativas consecutivas de acerto do PUK (código de acesso de administrador), se houver, deverá ser de no máximo 03;
- 1.2.38. Utilitário de inicialização do token, possibilitando o reaproveitamento do hardware em caso de perda do PIN, caso não utilize PUK;
- 1.2.39. Conseguir gerar chaves RSA com tamanho 2.048 bits on board ter capacidade de armazenamento de certificados X.509v3;
- 1.2.40. Possuir compatibilidade com as especificações ISO 7816-1/2/3/4;
- 1.2.41. Possuir CSP para Windows; ser compatível com o padrão PC/SC; ser compatível com o padrão PKCS#11 & MSCAPI (Microsoft Crypto API);
- 1.2.42. Ser compatível com o padrão PC/SC para o Linux.
- 1.2.43. Manter compatibilidade com os kernels 2.4 ou superiores e estáveis.
- 1.2.44. O produto deverá ser entregue com solução de gerenciamento das funções básicas do token, para Windows XP ou superiores, Linux (kernels 2.4 ou superiores e estáveis);
- 1.2.45. Utilitário, em português, de inicialização do token, de gestão PIN, PUK (se for o caso), importação e exportação de certificado;
- 1.2.46. A instalação do driver do dispositivo não poderá inibir ou desativar outros tokens, ou leitores de smartcard.

1.3 – ITEM 3 – CERTIFICADO DIGITAL TIPO A1 – e-CNPJ (Arquivo digital)

REQUISITOS DO CERTIFICADO

- 1.3.1. Certificado digital do tipo A1 para pessoa jurídica, em formato de arquivo digital padrão ICP-Brasil, com prazo de validade de 12 (doze) meses;
- 1.3.2. Deve permitir a utilização para assinatura de documentos eletrônicos e acesso a portais governamentais (ex: Receita Federal e eSocial), entre outras destinações;
- 1.3.3. Certificado aderente padrão do Comitê Gestor da ICP Brasil.

1.4. – ITEM 4 – CERTIFICADO DIGITAL TIPO SSL WILDCARD

ESPECIFICAÇÃO DO CERTIFICADO DIGITAL

- 1.4.1. Certificado digital para servidor, do tipo WildCard, com prazo de validade mínima de 12 (doze) meses;
- 1.4.2. Garantia de reposição do certificado digital ou correção, em caso de constatação de erro técnico no Certificate Signing Request (CSR), no prazo de 2 (dois) dias após sua emissão;
- 1.4.3. Certificação de validação completa (OV);
- 1.4.4. Emissão do certificado em até 10 (dez) dias a partir da solicitação do representante da Contratante;
- 1.4.5. Instalação em servidores de forma ilimitada e sem custo adicional, permitindo assim o uso de um mesmo certificado em um número ilimitado de equipamentos;
- 1.4.6. Reemissão gratuita e ilimitada do certificado durante seu período de validade;
- 1.4.7. Compatibilidade Universal com navegadores e dispositivos móveis em geral;
- 1.4.8. Suporte em português via atendimento online, telefone e e-mail para solicitação, instalação e utilização do certificado SSL.
- 1.4.9. 2048/4096 bits de criptografia e 256/512 bits de assinatura.
- 1.4.10. Possuir conformidade Webtrust.
- 1.4.11. Padrão internacional;
- 1.4.12. Hierarquia VeriSign Class 3 International Server CA – G3;
- 1.4.13. Possuir a tecnologia SGC (Server Gated Cryptography) que permite aos navegadores antigos e sem atualização de segurança utilizarem uma criptografia mínima de 128 bits (em vez de 40 bits), garantindo a melhor segurança para mais usuários da Internet;
- 1.4.14. Para Titular, pessoa Jurídica;

1.5 – ITEM 5 – e-EQUIPAMENTO A1

REQUISITOS DO CERTIFICADO

- 1.5.1. Informações requeridas abaixo, podem ser verificadas nos links, de forma mais completa:
 - a. <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/orientacao-tributaria/senhas-e-procuracoes/senhas/certificados-digitais/leiaute-dos-certificados-digitais-da-rfb-v4-4.pdf/view>
 - b. <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/orientacao-tributaria/senhas-e-procuracoes/senhas/certificados-digitais/leiaute-dos-certificados-digitais-da-rfb-v4-4.pdf/@download/file/leiaute-dos-certificados-digitais-da-rfb-v4-4.pdf>
- 1.5.2. Os certificados emitidos pelas Autoridades Certificadoras subordinadas à Autoridade Certificadora da Secretaria da Receita Federal do Brasil (AC-RFB) obedecem às Resoluções do Comitê Gestor da ICP-Brasil.
- 1.5.3. Os certificados e-Servidor são destinados a todas as pessoas jurídicas que possuem Registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica da Receita Federal do Brasil (CNPJ).
- 1.5.4. Os certificados e-Servidor são utilizados para a identificação de equipamentos servidores WEB.
- 1.5.5. Para a emissão de um certificado e-Servidor deverá ser emitida autorização do Representante legal da Pessoa Jurídica perante o CNPJ e do responsável pelo endereço Domain Name Service (DNS) em nome de um representante da empresa que será o Responsável pelo certificado.
- 1.5.6. Não poderão ser emitidos certificados e-Servidor para pessoas jurídicas cuja situação Cadastral, perante o CNPJ, esteja enquadrada na condição de suspensão, inapta, baixada ou nula.
- 1.5.7. Não poderão ser emitidos certificados e-Servidor quando a situação cadastral da pessoa Física responsável pelo certificado, perante o CPF, estiver enquadrada na condição de Cancelada ou nula.
- 1.5.8. As validações dessas situações são realizadas por intermédio do sistema Consulta Prévia, disponibilizado pela RFB às Autoridades Certificadoras Habilitadas.
- 1.5.9. O nome empresarial da Pessoa Jurídica bem assim o nome da Pessoa Física Responsável pelo certificado são obtidos no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica e Cadastro de Pessoa Física, respectivamente, utilizando o sistema Consulta Prévia.



Documento assinado eletronicamente por **Jorgiano Soares Pereira, Assistente Administrativo**, em 14/04/2023, às 16:34, conforme art. 33, do Ato PGJ nº 120, de 06 de novembro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpto.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0227521** e o código CRC **4A0C7BA1**.

19.30.1524.0000171/2023-09

Quadra 202 Norte, Av. LO 4, Conj. 1, Lotes 5 e 6, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-218, Palmas/TO.
Telefone: (63) 3216-7600